

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Jessica Corrêa Pantoja¹. Daniela Domingues Guimarães². José Alencar Formiga Júnior³. Luana Maria de Moraes Braga⁴.

¹Discente de Medicina, Faculdade Santa Marcelina (FASM).

²Discente de Medicina, Faculdade de Minas (FAMINAS),

³Médico, formado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG),

⁴Orientadora, Médica e Pesquisadora do Instituto Butantan no Centro de Pesquisa em Medicina Tropical de Rondônia.

INTRODUÇÃO: Na assistência às mulheres no ciclo gravídico puerperal, a pandemia do vírus SARS-CoV-2 impacta diretamente a violação dos direitos humanos. Algumas das restrições e intervenções praticadas no parto devido a essa pandemia são dispensáveis, não são capazes de limitar a contaminação do vírus nem exibem evidências científicas, desrespeitando, de tal modo, a dignidade humana. Assim, estabelecem formas de violência obstétrica e derivam em intervenções desnecessárias, feitas sem indicação obstétrica, como cesarianas ou partos apressados e/ou instrumentais e proibição do acompanhante no trabalho de parto.

OBJETIVOS: Este ensaio visa refletir as repercussões da pandemia na atenção obstétrica à luz dos direitos sexuais e reprodutivos, com enfoque na raça e na classe.

MÉTODOS: Trata-se de uma revisão sistemática, baseada em artigos extraídos da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO e PubMed dos últimos 2 anos, utilizando os descritores “COVID-19”, “atenção à saúde”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “obstetrícia”. Foram encontrados 16 artigos e após critérios de inclusão e exclusão, 5 foram utilizados. Para a realização da seleção dos trabalhos utilizado o protocolo PRISMA. **RESULTADOS:** No período de 26 de fevereiro a 18 de junho de 2020, foram 978 diagnosticadas e 124 mortes de mulheres grávidas ou puérperas, um número 3,4 vezes maior que as taxas internacionais. A taxa de mortalidade na população obstétrica brasileira é de 12,7%, também superior às taxas mundiais. 71% dos óbitos maternos foram de mulheres pretas; 68% dos óbitos foram de mulheres residentes na Região Norte ou Nordeste. 30% das mulheres brancas são internadas com saturação de oxigênio baixa, 50% das mulheres pretas são internadas com esse parâmetro, demonstrando menor acesso à assistência para esse grupo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ações de contenção que favoreçam a saúde materna são imprescindíveis,

assim como transparência do Ministério da Saúde na divulgação de dados para intervenção adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária. COVID-19. Direitos Sexuais e Reprodutivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, L. B. et al. A humanização do parto como ferramenta no combate à violência obstétrica: Um estudo teórico reflexivo. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 9, 2021.

ESTRELA, F. M. et al. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. v. 30, n. 02, 2020.

MITTELBAACH, J.; ALBUQUERQUE, G. S. C. de. A pandemia de Covid-19 como justificativa para ações discriminatórias: viés racial na seletividade do direito a acompanhante ao parto. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. v. 20, 2022.

PAES, L. B. de O. et al. Women and COVID-19: reflections for a sexual and reproductive rights-based obstetric care. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. v. 74, n. Suppl 1, 2021.

SILVA, F. L., RUSSO, J. e NUCCI, M. Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco. *Horizontes Antropológicos* [online]. v. 27, n. 59, p. 245-265, 2021.